

O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL: uma interpretação a partir do conceito de hegemonia mundial

Pedro Lopes Marinho
Professor do departamento de Ciências Econômicas – UESC/Ilhéus –Ba.
Mestre em Desenvolvimento Econômico - UFPR

INTRODUÇÃO

As mudanças econômicas, sociais e políticas verificadas no mundo pela revolução inglesa constituíram apenas o início de um período que, mesmo apresentando problemas, caracterizou-se como de crescimento e desenvolvimento, e no qual podemos dizer que a humanidade viveu melhor e mais feliz. Segundo dados apresentados por WILLIANSO (1989) para 1980, o produto bruto mundial (PMB) aproximou-se de 13 trilhões de dólares, a população foi de mais ou menos 4,5 bilhões de pessoas e houve melhoria substancial na média do produto per capita. Os avanços da economia mundial e a incorporação de novos povos ao mundo dito "civilizado" verificaram-se com intensa desigualdade entre os países e uma maior interdependência entre eles. Essa maior articulação entre as economias pelo comércio, setor financeiro e produtividade industrial só poderia ocorrer através de algo comum, a moeda, que harmonizasse minimamente as trocas, surgindo a necessidade de um Sistema Monetário Internacional.

Como determinou-se, então, este Sistema Monetário Internacional? As relações comerciais, financeiras etc. entre os países têm suas normas e regras determinadas pelas nações mais poderosas denominadas hegemônica. A nação hegemônica é aquela mais rica, com maior poder militar, mais ainda, como diz ARRIGO (1996) decorre do poder associado à dominação ampliada pelo exercício da liderança intelectual e moral. Essa liderança deve ser capaz de convencer aos outros países que o interesse do país hegemônico é também o interesse deles. Ainda segundo ARRIGO, a consolidação da liderança

hegemônica de um país sempre se verifica nos momentos de caos sistêmicos em que as regras e normas estabelecidas foram rompidas ou fragilizadas, sendo propício, portanto, que a liderança intelectual e moral (do outro) se imponha. É nessa perspectiva (hegemonia mundial) que pode-se entender o desenvolvimento do Sistema Monetário Internacional. Ele aparece como algo que objetiva harmonizar as relações entre países e com caráter de igualdade, mas em verdade, é moldado e se realiza objetivando alcançar os interesses das nações líderes.

Objetivando compreender a relação entre Sistema Monetário Internacional e hegemonia mundial o trabalho é apresentado com as seguintes seções, após esta introdução. A seção I análise o padrão ouro clássico (1870-1914), momento que a Inglaterra era o país hegemônico. A seção II analisa o período entre as duas Grandes Guerras Mundiais (1914-1945), momento que as potências médias buscam a liderança mundial, substituindo a Inglaterra. A seção III analisa o padrão dólar-ouro (1945-1971), momento que os Estados Unidos assume o papel de potencia hegemônica mundial. Na seção IV apresenta-se as considerações finais.

I. O PADRÃO OURO CLÁSSICO

O primeiro Sistema Monetário Internacional, o padrão ouro clássico, vigorou de 1870 a 1914¹. Nesse período, a Inglaterra era a potência econômica líder e as outras nações alinhavam-se (ou tinham que se alinhar) às diretrizes da política inglesa para atingir sucesso econômico. Por sua importância no comércio internacional e pelo desenvolvimento acelerado de suas instituições financeiras, a Inglaterra impunha ao mundo o padrão ouro e Londres torna-se o centro financeiro do mundo.

¹ Apesar de ser usada há muito tempo como base de cunhagem da moeda em certos países, é somente por volta de 1870 que o ouro triunfou sobre a prata e o padrão ouro transformou-se em norma internacional.

O padrão ouro clássico como qualquer Sistema Monetário Internacional tem como objetivo básico o equilíbrio interno e externo da economia. Neste padrão, a responsabilidade para atingir tal equilíbrio era dada ao Banco Central, que deveria preservar a paridade oficial entre as moedas e o ouro. Para manter esse preço, o Banco Central precisava de um estoque de moeda suficiente em reservas de ouro. O equilíbrio externo caracterizava-se como uma situação em que o Banco Central não estava ganhando ou perdendo ouro pois os superávits ou déficits do balanço de pagamento tinham que ser financiados por embarque de ouro entre os bancos centrais.

O padrão ouro contém mecanismos automáticos, mecanismos de mercado para os liberais, para alcançar o tão desejado equilíbrio simultâneo do balanço de pagamento por todos os países, sendo o mais importante deles **o mecanismo do fluxo de preço em espécie** reconhecido por David Hume, filósofo escocês, para contrapor-se às posições mercantilistas. O sistema de preço em espécie pode ser descrito segundo KRUGMAN:

Suponha que o superávit em conta corrente da Inglaterra seja maior que o déficit de sua conta de capital menos reservas. Como as importações líquidas dos estrangeiros, provenientes da Inglaterra, não estão sendo financiadas totalmente pelos empréstimos concedidos aos estrangeiros, o equilíbrio deve ser obtido por fluxos de reservas internacionais - isto é, de ouro - que entram na Inglaterra. Esse fluxo de ouro reduz automaticamente a oferta de moeda estrangeira e aumentam a oferta de moeda da Inglaterra, baixando os preços estrangeiros e elevando os preços da Inglaterra. O aumento dos preços ingleses e a queda dos preços estrangeiros - uma apreciação real da libra, dada a taxa de câmbio fixa - reduzem a demanda estrangeira por bens e serviços ingleses e ao mesmo tempo aumentam a demanda inglesa por bens e serviços estrangeiros. Esses deslocamentos da demanda funcionam na direção da redução do superávit em conta corrente da Inglaterra e da redução do déficit em conta corrente do estrangeiro. Por fim, os movimentos de reservas param e ambos os países atingem o equilíbrio do balanço de pagamento. O mesmo processo também funciona ao contrário, eliminando uma situação de superávit estrangeiro e déficit inglês. (KRUGMAN, 1999, p. 546 – 547).

Através dos seus mecanismos automáticos o padrão ouro clássico funcionou "bem" e segundo seus admiradores, que estão sempre a desejar sua volta, constitui a forma ideal de regularização financeira internacional. Porém, há diversos críticos em relação ao padrão ouro clássico, entre os quais Robert Triffin (1979) que critica a falta de importância dada ao papel da prata e da moeda fiduciária no período, mas sua principal crítica diz respeito à limitação do padrão ouro imposto pela Inglaterra. Para ele, o padrão ouro limitava-se aos países mais adiantados que formavam o núcleo do sistema e aos que estavam a eles ligados por vínculos políticos, econômicos e financeiros. As taxas de câmbio de outras moedas, particularmente na América Latina, flutuaram descontroladamente e se depreciaram durante o período. Esse contraste entre os países "núcleos" e os da "periferia" pode ser explicado em grande parte pela configuração cíclica dos movimentos de capital e termos de intercâmbios que contribuíram para a estabilidade do primeiro grupo e para instabilidade do segundo grupo. Para Triffin, portanto, o processo de ajustamento não dependeu de qualquer tendência ao equilíbrio do balanços de pagamento nacionais, mas sim, de vasto e crescente movimento de capitais que nortearam déficits e superávits. O que pode-se verificar é que, através do padrão ouro, os dirigentes ingleses fizeram do controle "quase" monopolístico dos meios de pagamento universal, a libra como moeda mundial, instrumento de subordinação aos outros países, isso permitiu que o governo inglês dirigisse com eficiência um espaço político e econômico muito maior que qualquer outro império mundial anterior jamais geriu ou poderia ter gerido.

II. CRISES E SOLUÇÕES

Após um extenso período de relativa paz, o equilíbrio global das forças mundiais, sofre instabilidade. Instala-se principalmente entre os países europeus um clima pouco amistoso. Depois de sucessivas ameaças e rumores de conflitos eclode a Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Estava em jogo, principalmente, a posição hegemônica dos países envolvidos no conflito. De um lado, com interesses um tanto quanto semelhantes, a

Áustria-Hungria, a Itália e a Alemanha, sendo que esta última exerce a função de líder dessa coalizão devido à sua capacidade técnico-militar e ao seu crescente progresso econômico, que por sucessivas vezes ultrapassou a economia britânica. De outro lado, a Grã-Bretanha, a França e a Rússia. A Grã-Bretanha buscava recuperar os espaços perdidos, principalmente para a Alemanha e Estados Unidos que cresciam a taxas, expressivamente, superiores e manter a sua posição de nação hegemônica.

Ao explodir a Primeira Guerra Mundial estava instalado um cenário que se mostrou incompatível com os mecanismos automáticos do padrão ouro então vigente. Os governos financiavam seus gastos militares emitindo moedas, a força de trabalho e a capacidade produtiva haviam sido reduzidas, resultando níveis de preços mais elevados em todos os países após a guerra; também para reconstruir seus países após a guerra, os governos utilizaram gastos públicos que causaram intensos processos inflacionários, entre os quais se destacou a hiperinflação alemã.

Em meados da década de 20, a Inglaterra tenta voltar ao padrão ouro. Todavia a conversibilidade das moedas foi restaurada em bases bastantes frágeis. A valorização da libra pela Grã - Bretanha aos níveis de antes da guerra, taxa supervalorizada, canaliza dinheiro especulativo para aquele país e conseqüentemente proporciona uma profunda recessão econômica na Inglaterra. A taxa valorizada na Inglaterra subvaloriza as taxas nos demais países europeus, proporcionando expansão das atividades econômicas e emprego. A conversibilidade tinha que ser sustentada pela reconstrução de níveis de reservas adequados pelos bancos centrais, isso foi conseguido nos países com câmbio subvalorizado, com auxílio de empréstimos contraídos no exterior; com revalorização dos ativos dos bancos centrais em ouro ou em divisas estrangeiras as suas paridades e com superávits nas balanças de pagamentos, superávits estes constituídos pelo retorno de capital refugiado e que agora deixa Londres.

Objetivando amenizar, ou resolver, esse problema, as autoridades britânicas buscam dois caminhos: a) negociar com outros países, especialmente com os Estados Unidos, níveis de taxas de juros, propondo taxas de juros mais altas na Grã-Bretanha; b) e a instituição do padrão câmbio ouro, no qual os bancos centrais de outros países poderiam

deter uma parte substancial de suas reservas monetárias internacionais na moeda nacional dos principais centros financeiros, entenda-se libra esterlina. O padrão "câmbio ouro" teve vida efêmera, prevalecendo a incerteza e a desconfiança dos países que tinham parte de suas reservas em libras esterlinas, especialmente a França. Esse arranjo inglês não suportou a grande depressão de 29 e a libra esterlina perde definitivamente seu *status* como reserva internacional em 1931.

O mundo continua em caos, não há uma potência hegemônica, explode a Segunda Guerra Mundial e só em 1944 os líderes financeiros e políticos "reconhecem" que a existência de uma ordem monetária e econômica internacional para o Ocidente era indispensável. Políticas bilaterais, desvalorizações cambiais competitivas etc. fazem com que, antes, em plena guerra, os Estados Unidos e a Inglaterra iniciassem negociações para uma reestruturação econômica (Conferência do Atlântico de Ajuda Mútua, fevereiro de 1942) . Essas negociações consolidam-se em Bretton Wood (1944). Apesar das discussões entre ingleses "Plano Keynes" e os Estados Unidos "Plano White" o que se verificou foi uma imposição quase que total dos Estados Unidos, agora no papel de potência hegemônica mundial, fazendo prevalecer seu plano, apesar do "Plano Keynes" ser considerado mais ambicioso e incisivo.

Entre os diversos pontos da discussão de Bretton Wood podemos destacar dois como principais, pois são eles que irão nortear as finanças internacionais após a Segunda Guerra Mundial:

1º) Qual seria o padrão monetário internacional, ou seja, o que se poderia aceitar como dinheiro ou meio de pagamento internacional e como regular sua quantidade? A solução encontrada atendeu aos desejos americanos, na medida em que estabeleceu-se o ouro como instrumento de reserva internacional; como a quantidade existente desse metal era insuficiente para reativar e expandir o comércio mundial, acordou-se que toda moeda nacional podia adquirir status de meio de pagamento internacional se fosse convertida em ouro. Esse princípio de conversibilidade no pós Segunda Guerra implicava que só o dólar poderia assumir esse *status* "moeda" internacional" (os Estados Unidos detinham dois terços das reservas mundiais de ouro); estava criado o padrão dólar-ouro, que, apesar das

suas peculiaridades era similar ao padrão ouro-libra instituído pela Inglaterra em meados da década de 20;

2º) Como conseguir o equilíbrio nos intercâmbios internacionais? Também privilegiando o "Plano White", preconizou-se eliminar todas as restrições impostas ao comércio internacional e sua forma de pagamento, repudiando todas as práticas cambiais discriminatórias. No que tange à estabilidade dos tipos de câmbio, expresso em ouro, esse não poderia afastar-se do preço de paridade em mais de 1%. Toda alteração superior deveria obedecer à exigência do equilíbrio da balança de pagamento e exigia a consulta prévia se fosse mais que 10%. Um dos pontos incorretos dessa concepção foi criar obrigações e condições concretas de ajuste para os países deficitários e não para os países superavitários, sendo assim, os Estados Unidos ficavam completamente salvos de prestar contas de sua política econômica.

Talvez o grande feito de Bretton Wood tenha sido a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, se bem que nos primeiros anos do pós-guerra, esses órgãos tiveram papel não significativo nas finanças do mundo, vindo a assumir um papel mais ativo no final da década de 60. Nos primeiros anos de Bretton Wood, o que prevaleceu foi o poder econômico, financeiro e político dos Estados Unidos, estendendo internacionalmente a hegemonia de sua moeda e de sua política. Diferentemente da hegemonia inglesa, a hegemonia americana conseguiu legitimar-se em instituições e mecanismos de caráter mundial.

III. O PADRÃO DÓLAR-OURO

Este padrão monetário, baseado no dólar, esteve associado à hegemonia exercida pelos Estados Unidos no mundo capitalista nesse período. Foi sobre sua hegemonia que se reconstituíram o mercado mundial e se desenvolveu um intenso processo de internalização dos capitais privados, liderados pelos norte americanos.

Ao impor ao mundo o dólar como moeda internacional os Estados Unidos legitimam sua soberania no campo monetário, soberania que implicou em alto grau de

liberdade na condução de sua política econômica, bem como responsabilidade na condução das finanças mundiais. O dólar é então moeda de circulação dentro dos Estados Unidos e moeda internacional, duplo papel contraditório, contradição reconhecida como Dilema de Triffin que consiste na incompatibilidade do dólar, ou qualquer outra moeda, de exercer simultaneamente a função de circulação e a função de ativo de reserva de valor internacional, essa última baseada no lastro ouro. Cumprir com a regra da conversibilidade do ouro supunha que os Estados Unidos somente pudessem emitir dólares na mesma proporção em que acumulassem reservas em seu balanço de pagamento, requerendo que o país incorresse em constantes superávits na balança de pagamento. Constantes superávits no balanço de pagamentos significariam entrada de dólares superior à saída, o que implicaria escassez de dólares americanos no mercado internacional, não satisfazendo a demanda por liquidez externa. Para que o dólar cumprisse sua função de circulação como moeda internacional, os Estados Unidos passaram a incorrer em constantes déficits em balanço de pagamento, exportando capital para atender as necessidades da liquidez mundial. Primeiramente, via Plano Marshall e gastos militares; num segundo momento, através da transnacionalização do capital produtivo norte americano, especialmente para a Europa. A crise do padrão dólar-ouro inicia-se nos anos 60 como resultado do próprio padrão adotado pelos americanos. Ao alcançar maior autonomia econômico-financeira os países europeus passam a contestar os desajustes internos da política econômica americana. O financiamento da guerra do Vietnã cria uma situação de descontentamento com a total hegemonia americana; a desconfiança no âmbito militar torna-se acirrada, especialmente pela França, que se opõe de forma incisiva à forte presença militar dos americanos na Europa. Em termos monetários, ampliam-se a contestação e desconfiança do dólar como ativo de reserva de valor internacional, levando algumas autoridades a preferir o ouro e não o dólar como reservas e a criarem alternativas, como os Direitos Especiais de Saques (DES). Tal como o acontecido com a libra na década de 20, o dólar agora sai dos Estados Unidos em direção à Europa recuperada. Os Estados Unidos resistem mas finalmente decretam o fim do padrão ouro em 1971.

Teria então a história se repetido (inglesa - americana). O resultado em ambos os casos é fruto de uma moeda nacional que se propõe a ser reserva de valor internacional. Porém, o caso americano tem algumas peculiaridades: a hegemonia americana deu-se por um "consenso" das nações, institucionalizado por organismos internacionais, organismos que os Estados Unidos usaram para viabilizar seus objetivos e adiar a sua crise. Nesse sentido, podemos evidenciar que só a partir da crise do padrão dólar-ouro e que instituições como FMI e Banco Mundial passam a ter papel ativo no cenário monetário internacional. Contrariamente à Inglaterra, os Estados Unidos, após o padrão dólar-ouro ainda são a nação mais rica e poderosa do mundo, não tendo nenhuma outra nação que possa colocar em xeque sua liderança, pois mesmo com o fracasso do padrão dólar-ouro, os Estados Unidos conseguiram fazer com que sua moeda continuasse a ser a principal moeda de referência internacional. Essa posição de líder mundial consolida-se nos anos 90. O que, para alguns, como Maria da Conceição Tavares (1985), os Estados Unidos continuam a exercer de maneira diferente e peculiar a hegemonia mundial. Assim, as distintas economias mundiais encontra-se hoje mais do que nunca, na dependência das ações dessa potencia hegemônica.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 1971, e principalmente após março de 1973 quando foram abandonaram os esforços sistemáticos de reordenamento das taxas de câmbio para chegar a uma nova estrutura de paridades fixas, o mundo vive sem um Sistema Monetário Internacional formal e apesar das instabilidades, esse período não pode ser caracterizado como de caos, ao contrário, funcionou relativamente bem. A grande discussão hoje é saber se existe necessidade de um Sistema Monetário Internacional formal e, se existe, qual deveria ser o seu perfil. Um ponto em comum a essas respostas é que existindo, o sistema deverá considerar: a importância dos capitais privados fortemente transnacionalizados nas finanças internacionais; as relações dinâmicas do mundo global; e a inserção e peculiaridade dos países emergentes.

Deve-se observar, porém, como faz Willianson (1989), os dois períodos de grandes prosperidades mundial, iniciados em fins do século XIX e após a Segunda Guerra Mundial, foram marcados pelo funcionamento de um Sistema Monetário Internacional formal e pela hegemonia explícita de uma nação.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. São Paulo:UNESP, 1996.
- KRUGMAN, P. R. & OSTEFEELD, M. **Economia Internacional: teoria e política**. São Paulo: Markon Books,1999.
- KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. São Paulo, Campus. 1989.
- TAVARES, M. C. **A Retomada da Hegemonia Norte Americana**. Campinas: UNICAMP/IPE, 1985.
- TRIFFIN, R. **A Evolução do Sistema Monetário Internacional:reavaliação histórica e perspectivas futuras**. São Paulo: Saraiva,(série ANPEC), 1979.
- WILLIANSON, J. **Economia Aberta e a Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.